

Início » Colunistas

Sociedade de escândalos

Não podemos acreditar que tudo sempre vai terminar bem



Relações políticas entre o Executivo e o Legislativo são firmadas em torno de uma fisiologia baseada em favores (Foto: Lula Marques/Agência Brasil)



Por [Murillo de Aragão](#) | 6 de março de 2026

Não é pessimismo excessivo perceber que a realidade que nos cerca traz sinais extravagantes. Desde o século passado, as instituições no [Brasil](#) enfrentam grave crise de confiança.

E sem confiança não há estado de direito, já que, sem acreditar no poder das instituições, não há como seguir suas regras. Todos os regimes colapsam quando se perde a confiança nas instituições.

Alguns temas que ameaçam o estado de direito no Brasil são óbvios, como a opacidade das decisões, o overruling desenfreado, as operações de fishing expedition, o lawfare, a litigiosidade excessiva, o descumprimento de precedentes, o monocratismo excessivo e as estruturas remuneratórias incompatíveis com o padrão constitucional — os chamados “penduricalhos”.

No âmbito legislativo, duas questões são evidentes: uma estrutural e a outra conjuntural. A primeira é que o sistema político brasileiro favorece a fragmentação partidária, o que dificulta a implementação de programas de governo e faz com que as relações políticas entre o Executivo e o Legislativo sejam firmadas em torno de uma fisiologia baseada em favores, iniciativas.

Quanto à questão conjuntural, fato é que as emendas orçamentárias ainda trazem uma imensa carga de opacidade, permitindo manobras não republicanas.

O Executivo, na falta de uma maioria estável, recentemente passou a se apoiar no Judiciário, estabelecendo uma guerra por procuração.

Parte dos temas mencionados pode ser resolvida no âmbito dos Poderes por autocompreensão e autorregulação. Contudo, observando a cena política brasileira, o que se vê é um cenário desanimador.

No fundo, o país vive, desde o século passado, uma situação de “reforminhas” de cunho ético e político que seguem a lógica do “gatopardismo”, que é mudar para continuar do mesmo modo. E, assim, as instituições vão resguardando os seus poderes e a vida segue.

Obviamente, isso se apresenta como a decadência do estado de direito. Porque se cada Poder abusar das suas competências sem uma medida de reparação, de contenção ou de autorregulação, tudo o que foi estabelecido como estado de direito entra em crise, em modo de desconfiança e em conflito entre os Poderes.

Os efeitos da falta de confiança não ocorrem de uma hora para outra, eles vão degradando a percepção do cidadão acerca das instituições aos poucos, até o momento em que a situação se torna insustentável e surge uma proposta alternativa. Negociada ou de ruptura.

O Brasil não deve acreditar que tudo vai terminar bem. Não deve ir se acomodando na linha daquela máxima usada por alguns políticos segundo a qual se o problema não tem solução, solucionado está.

Não é o caso. O Brasil vive em uma sociedade de escândalos que termina nos fazendo acreditar que abusos e conflitos são o normal em um país confuso.

Nossas potencialidades ainda estimulam a acreditar no [Brasil](#) como país do futuro. No entanto, com tantos desafios estruturais e conjunturais, a decadência do estado de direito deixa de ser diagnosticada e se torna trajetória.

Mas conter a expansão desordenada das competências, restabelecer a previsibilidade normativa, reduzir a fragmentação partidária, fortalecer mecanismos de accountability e restaurar a confiança são tarefas que exigem liderança, coragem e disposição.

***Este texto foi veiculado originalmente na [Veja](#)**

Siga O Brazilianista nas redes sociais



o_brasilianista
Áudio original

Ver perfil



[Ver mais no Instagram](#)

7 curtidas

o_brasilianista

Câmara prevê votação do PL Antifacção (PL 5582/25), da proposta do Redata (PL 278/26) e do Acordo Mercosul-UE (PDL 41/26).

 Nathalia Kuhl

Adicione um comentário...



Murillo de Aragão

Murillo de Aragão, advogado, cientista político e jornalista, mestre em Ciência Política e doutor em Sociologia pela UnB com pós-doutorado pela Universidade de Salamanca. Foi professor-adjunto da Columbia University em Nova

York.

Tags:

- Brasil
- Congresso Nacional
- empresa
- empresários
- Empresas
- Judiciário
- Legislativo
- Penduricalhos